

# Só uma entidade dará pareceres aos novos projetos em 2017

TEXTO José Manuel Oliveira

«O essencial nas alterações introduzidas é que se deixará de ter de consultar várias entidades, quando se quer determinado projeto. Bastará o investidor ir a um município e os seus responsáveis, com o respetivo PDM já atualizado, indicam quais são as condições e as restrições para a edificação», anunciou em entrevista ao «barlavento» o presidente da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento da Região do Algarve, David Santos.

Em meados de 2017, os Planos Diretores Municipais (PDM) de todos os concelhos têm de estar revistos com a nova legislação do ordenamento do território e do ambiente, para dar resposta, entre 22 dias a um mês e meio, a projetos de investimento. «Qualquer particular que pretenda efetuar um pedido de informação ou apresentar alguma intenção de investimento basta dirigir-se ao município e o PDM tem de estar habilitado a dar a resposta. Na relação com os particulares será talvez a grande alteração que iremos sentir», revelou em entrevista ao «barlavento» o presidente da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento da Região do Algarve (CCDRA), David Santos.

Quanto às alterações da legislação, David Santos afirmou que «há muita legislação que tem sido publicada e entrado em

vigor». É o caso da obrigatoriedade de, em 2017, os PDM terem de estar revistos e darem uma vantagem ao particular. «É que a partir dessa altura, têm de estar transpostas para os PDM todas as restrições existentes em termos de ordenamento do território» e «qualquer particular que pretenda efetuar um pedido de informação ou apresentar alguma intenção de investimento, basta dirigir-se ao município e o PDM tem de estar habilitado a dar a resposta. Na relação com os particulares será talvez a grande alteração que iremos sentir», esclareceu o presidente da CCDRA.

Colocando o problema de as autarquias algarvias terem capacidade para esta rápida apreciação de projetos, devido às burocracias, David Santos disse que «a nova legislação foi publicada no primeiro semestre



de 2014 e dá três anos para os PDM se adaptarem. Mas há um ano para as CCDR identificarem quais são as normas que devem transitar dos Planos Especiais de Ordenamento do Território para os PDM. Esse trabalho está a ser feito entre as várias CCDR do país e o Instituto da Conservação da Natureza e Florestas, para que, de forma articulada, possamos definir metodologias». Um dos aspetos mais importantes, é que não existam, nem procedimentos nem conceitos diferentes de CCDR para CCDR. «Às vezes, acontece que um promotor pode, por exemplo, apresentar cinco processos ou intenções de investimento idênticos, nas cinco CCDR do país e pode haver cinco entendimentos diferentes. Por isso, estamos a tentar articular procedimentos para permitir uma uniformização», exemplificou. Nada deste procedimento será deixado ao acaso, mas implicará um grande esforço quer da CCDRA, quer das Câmaras Municipais, que têm que concluir os PDM, em meados de 2017. «Trata-se de um trabalho que, de resto, muitos municípios já iniciaram», revelou ao «barlavento».

No caso das restrições com

esta legislação, David Santos deu como exemplo a questão do término do conceito de terrenos urbanizáveis. «Onde existem terrenos urbanos, urbanizáveis ou rurais, no futuro, só poderá haver terrenos urbanos e rurais». Por sua vez, a outra grande inovação apontada pelo presidente da CCDRA será que «deixará de ser necessário consultar várias entidades, quando se quer determinado projeto. Bastará o investidor ir a um município e os seus responsáveis com base no respetivo PDM já atualizado indicam quais são as condições e as restrições para a edificação».

O cumprimento de prazos e a criação de condições, tanto a nível de projetos que têm como base o ordenamento do território, assim como dos fundos comunitários, será uma forte mais valia desta nova legislação. «Muitas vezes, as várias entidades pronunciavam-se, pedem mais elementos, depois andam para trás e para a frente», e, em 2017, garantiu David Santos, «quando os PDM estiverem concluídos, o promotor dirige-se, apresenta o pedido de informação, localiza a intenção de investimento e, a partir dessa altura,

a Câmara Municipal está habilitada a dar resposta». E a propósito, o responsável pela CCDRA reforçou que «aquele ditado que diz «Tempo é Dinheiro», nas empresas, é uma verdade, porque muitas vezes estas têm de recorrer à banca para se financiarem e por cada dia que passa há juros a pagar». Evitando arrastar processos, os prazos para um município responder a um projeto serão estipulados conforme o que é requerido. «Poderão ter um prazo máximo de 45 dias para os loteamentos, mas o prazo mais frequente é de 22 dias», revelou David Santos. E se o projeto incluir hotel, campo de golfe, equipamentos, consultando o PDM, o concelho tem que indicar logo se é possível ou não. Os POOC, por serem especiais, têm que integrar o PDM, evitando as consultas a diversas entidades responsáveis. Assim, em 2017, só uma entidade ter-se-á de pronunciar sobre um projeto.

Ainda que se coloque o cenário da falta de recursos humanos qualificados nas autarquias, David Santos rejeita este cenário, afirmando que «as regras estarão definidas e os municípios do Algarve, têm técnicos, em número e qualidade, na minha opi-

nião, suficientes para poderem resolver essas situações».

Um dos aspetos de que o presidente da CCDRA mais se regozija é o facto do POALGARVE21 ter tido 45 milhões de euros para as empresas destinados ao Sistema de Incentivos. «Temos quatro organismos intermédios (ICEP, IAPMEI, ADI e o Turismo de Portugal) para apreciar candidaturas, os quais trabalhavam, na minha opinião, um pouco distantes da região e das empresas. E o que fizemos foi aproximar-nos e colaborar mais com as empresas na resolução das suas dificuldades. Ou seja, fizemos aquilo que entendo ser fundamental neste tipo de funções: aproximámo-nos das pessoas e da economia. E temos o resultado. O Algarve tem a vantagem de ser uma região relativamente pequena, com menor dimensão no que diz respeito às CCDR e portanto é mais fácil acompanharmos as candidaturas das empresas uma a uma. Por outro lado, também acompanhamos com frequência os promotores públicos, através da análise às suas operações e obras, de modo a que as ações possam ter uma boa taxa de execução», conclui.



d

# «O Algarve não deve falar a uma só voz, deve ter um coro»

**b - Numa altura em que muitos autarcas reconhecem que cada um olha apenas para si, impõem-se uniões entre municípios para concretizar projetos conjuntos? Por exemplo, Faro, Olhão, São de Brás de Alportel...**

DS - Nos Regulamentos Específicos, que estão já numa fase de aprovação de fundos comunitários, uma das questões em cima da mesa é a melhor pontuação de projetos conjuntos em detrimento de projetos individuais. Cada um de nós não pode pensar apenas no seu próprio concelho. O novo Quadro Comunitário de Apoio vai claramente combater isso. Por exemplo, o que falta no que respeita à educação no Algarve, municípios, a AMAL, o próprio ministério e a CCDR Algarve vão ter de encontrar uma solução de identificação das necessidades em termos de obras nas escolas e o que se pode fazer. E a Comissão Europeia tomará as decisões. Não vai ser possível aprovar um pedido de um presidente de câmara a dizer que quer fazer uma escola no seu concelho, sem um trabalho prévio na região e validação da Comissão Europeia.

**b - E que outros projetos, conjuntos, serão possíveis levar a efeito pelas câmaras?**

DS - Muitos. Por exemplo, neste Quadro Comunitário de Apoio já temos muitas situações em relação ao Algarve Central, nomeadamente

modernização administrativa, com a possibilidade de se ir a uma câmara municipal desta zona da região e apresentar um requerimento destinado a outra câmara; programação cultural ao nível dos museus, dos teatros. Tem de haver no Algarve uma articulação entre municípios porque a escala que se consegue no que diz respeito a atividades culturais, recreativas e até eventualmente desportivas se trabalharmos todos em conjunto será muitíssimo maior, do que se cada um por si contratar uma empresa, uma companhia de teatro ou seja o que for para uma determinada atividade.

**b - Que perspetivas para o Algarve no âmbito do Programa POCTEP, de cooperação transfronteiriça?**

DS - Vamos ter basicamente o mesmo valor do Quadro Comunitário de Apoio anterior e apostar em fomentar uma área que é nova, que é a possibilidade de as empresas poderem concorrer ao INTERREG V-A. Se conseguirmos dotar as empresas de mais conhecimento, será possível criar mais emprego e por conseguinte haver menos problemas sociais. O meu grande objetivo é que, em 2020/22 (há dois anos em que se prolonga este Quadro), se possa dizer que o Algarve embora continue a ter alguma sazonalidade, a diferença entre a época alta e a época baixa no que diz

David Santos, presidente da CCDRA, alerta para o facto do novo Quadro Comunitário de Apoio combater a ideia de cada um pensar apenas no seu próprio concelho. Perspetiva que o Algarve não demorará muitos anos a ser uma região-piloto, mas não fala em regressar à política. E mesmo a gerir milhões de euros em fundos comunitários, não se sente um líder, preferindo realçar o seu papel como técnico.

respeito a emprego é muito menor. Temos de reduzir o número de desempregados e isso só se consegue com a diversificação da economia.

**b - Como avalia os resultados do Programa JESSICA, destinado a obras de reabilitação urbana? Vai continuar?**

DS - Vai haver um fundo semelhante ao JESSICA, podendo ter outra designação. O JESSICA já está numa fase final no que diz respeito à aprovação de candidaturas. O Algarve foi a única região do país que reforçou com mais 50 por cento das verbas. Tínhamos dez milhões de euros e passámos para 15 milhões. O programa tem funcionado bastante bem.

**b - E o que foi feito e onde?**

DS - Identifico algumas operações aprovadas: Urbanismo Comercial, em Vila Real de Santo António; Hotel no Alvor; Parque de estacionamento em Albufeira; Reabilitação de um quarteirão em Portimão; Hostel em Quarteira; Alojamento local em Portimão e Faro; Ampliação de um restaurante e requalificação urbana (contentorização enterrada) em Faro.

**b - Numa altura em que é criticada a falta de uma figura no Algarve com capacidade de reivindicação junto do Governo para resolver problemas, o senhor a gerir tantos milhões de euros, sente-se, de alguma forma, um líder nesta região, onde tem a responsabilidade de mudar a imagem social e económica nos próximos anos?**

DS - Desde as primeiras sessões públicas em que participei no Al-

garve e ao longo de toda esta discussão sobre a estratégia para a região e sobre o Programa Operacional 2014/2020, tenho dito sempre o seguinte: mais importante do que ter um tenor é ter um bom coro. O Algarve não deve falar a uma só voz. Deve ter um coro. E num mesmo momento num coro, como todos sabemos, há muitas vozes diferentes que dão uma harmonia e uma sintonia. É isso que o Algarve deve fazer. Devemos ter uma estratégia comum e cada qual na sua área deve seguir sempre nesse caminho. Podemos estar a dizer coisas diferentes ao mesmo tempo, mas se as dissermos como um coro elas são só uma.

**b - Poderá funcionar como o tenor desse coro?**

DS (risos) - Não, não... Humildemente, limitar-me-ei com muito prazer dentro de alguns anos, se tudo correr bem, como desejo, a ouvir um bom coro no Algarve.

**b - Não me diga que não sentiria capacidade para liderar uma futura região administrativa do Algarve, a tal regionalização de que há décadas se fala e reivindica sem quaisquer resultados?**

DS - Essa é uma questão que neste momento não se coloca. O meu papel na CCDR Algarve é o de juntar os vários agentes que intervem na economia, desde associações empresariais, autarcas, sindicatos, associações não-governamentais, associações culturais, desportivas, recreativas. Todos em conjunto é que conseguiremos tornar a região mais próspera.

**b - A AMAL não tem consegui-**

**do desempenhar esse papel? Os autarcas, no âmbito da sua associação, não têm força, não têm essa capacidade de liderança no Algarve?**

DS - Não colocaria só a AMAL. Insisto que não podem ser apenas os autarcas, têm de ser os empresários, tem de ser todos.

**b - E há empresários com força nesta região?**

DS - Sou exatamente contrário à ideia de um autarca, um empresário ou seja quem for individualmente. São as associações empresariais, os municípios, a AMAL, a Universidade do Algarve, as associações culturais, recreativas, desportivas, em suma todos os atores na região, que em conjunto têm um caminho comum a traçar. O que pretendemos que aconteça no Algarve dentro de dez, quinze, vinte anos? E depois de isso estar definido, teremos de caminhar nesse sentido.

**b - É um erro não haver regionalização?**

DS - Tudo tem o seu tempo. No momento em que isso podia ter acontecido não aconteceu. Hoje, não será a altura propícia para que tal aconteça. Mas pelas características que o Algarve tem e pela maneira como temos estado a trabalhar, vamos fazendo o caminho para a regionalização. Não demorará muitos anos para que o Algarve seja, de facto, como defendemos, uma região-piloto. A regionalização poder-nos-ia dar mais responsabilidades, mas também nos daria mais oportunidades.

**b - No futuro, as CCDR deveriam ser eleitas por voto popular com várias listas em dispu-**

**ta, como sucede por exemplo para as autarquias e para a Assembleia da República?**

DS - Ainda não há muito tempo, o presidente de uma CCDR era eleito através de uma votação no Conselho Regional. Esse é um modelo que eventualmente poderia voltar a acontecer. A forma como as CCDR estão neste momento constituídas parece-me correta. Passámos por um processo de validação do nosso currículo e das nossas competências pessoais, com prestação de provas, através da Comissão de Recrutamento e Seleção para a Administração Pública (CRESAP). Houve, pois, um concurso público nacional dirigido por uma entidade independente. Daí resultou uma lista com três candidatos, que o Governo depois avaliou e entrevistou para poder decidir quem escolheu para o cargo.

**b - Num ano em que o país se prepara para eleições legislativas, seguindo-se, em 2016, a presidencial e, em 2017, as autárquicas, que recado gostaria de deixar no Algarve, incluindo ao seu próprio partido, o PSD? 2015 poderá ser um ano de agitação política e perturbar a atividade económica?**

DS - Sendo esta uma entrevista concedida na qualidade de presidente da CCDR Algarve, não gostaria de responder a essa questão.

**b - Admite regressar à política?**  
DS - Tenho tido alguns desafios na vida. Tenho agora, e com muito gosto, este como presidente da CCDR Algarve. Sempre me senti mais técnico do que propriamente um político.